

Reforma política

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S.Paulo, 28.08.06

A REFORMA política está há muito na agenda nacional, mas jamais sua necessidade foi tão forte quanto depois que os escândalos do mensalão e dos sanguessugas desmoralizaram as instituições políticas. O Brasil possui uma democracia consolidada, porque sua economia já alcançou o estágio em que o excedente econômico é apropriado principalmente por meio do mercado, e não do controle do Estado, de forma que nenhum grupo ganha com um regime autoritário. Por isso, não creio que esses escândalos arrisquem o regime democrático. Mas o enfraquecem e, além disso, implicam crise de governabilidade: em vez de Executivo e Legislativo governarem, ficam paralisados. Nesse quadro, é oportuna a publicação do livro organizado por Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia, "Reforma Política" (Pnud e editora da UFMG). Esse livro começa com um grupo de ensaios amplos sobre o republicanismo, a democracia e o sistema de representação no Brasil e por uma análise comparativa com outros países latino-americanos. Na segunda parte, temos uma série de verbetes enciclopédicos que vão desde questões de teoria política até regras do sistema político, como o federalismo, o sistema eleitoral, e as emendas parlamentares. E, finalmente, na terceira parte, temos artigos dos que consideram essencial uma reforma política e dos que advogam apenas de correções marginais. Verbetes e ensaios são assinados pelos melhores cientistas políticos brasileiros, tornando, assim, esse livro precioso para quem queira ter uma visão geral das instituições políticas brasileiras e o estágio do debate sobre a reforma política. Não nos dá, porém, uma resposta sobre o que fazer para que o Estado se transforme em um verdadeiro instrumento de ação coletiva da nação, capaz de promover seus objetivos políticos de segurança, liberdade, justiça e desenvolvimento. Sabemos que a democracia tem esse papel, mas ela no Brasil só nos tem garantido a ordem e a liberdade -e mesmo essas com limitações. Não tem sido, porém, efetiva em promover o desenvolvimento ou a justiça social. Para que a democracia brasileira possa exercer seu papel, é necessário reformar o sistema político. É preciso, porém, ser modesto e atacar os problemas ponto por ponto, porque a tentativa de uma reforma compreensiva estará destinada ao fracasso. Duas são as prioridades: uma que aumente o poder do presidente -a reforma eleitoral implantando no país um sistema majoritário distrital ou distrital misto; e outra que diminua sua possibilidade de "comprar" os deputados por meio da limitação de emendas ao Orçamento, o qual deve se tornar impositivo. O ideal seria que, nas eleições, o partido do presidente vencedor alcançasse a maioria ou, pelo menos, que elegeesse um número muito maior de deputados do que elege hoje. Nos grandes países, os sistemas eleitorais são geralmente distritais, e o presidente ou o primeiro-ministro vencedor elege a maioria; aqui, com nosso sistema proporcional, o partido vencedor consegue pouco mais de 20% dos votos. No sistema proporcional misto, eu não partiria para listas fechadas, mas as manteria abertas, de forma que os deputados que estão acostumados a

se eleger por meio de votos espalhados poderão continuar a fazê-lo. Fortalecido o presidente dessa forma, tirar-se-lhe-ia a possibilidade de barganhar emendas. Emendas seriam admitidas, mas deveriam ser limitadas fortemente, e colocadas dentro de um Orçamento impositivo, em vez de meramente autorizativo como é hoje. Um Orçamento autorizativo é um Orçamento antecipadamente desmoralizado. No Brasil, já temos uma prática orçamentária suficientemente desenvolvida para que o Orçamento aprovado seja cumprido. Essas duas reformas não são panacéias. Enquanto a sociedade brasileira não punir com mais exemplaridade a corrupção de suas elites, nossa democracia será sempre precária como é hoje. Mas é por meio da combinação de medidas punitivas com mudanças institucionais graduais que a democracia brasileira poderá avançar.